



**Ata da 16ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao 2º Período da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, realizada no dia 16 de novembro de 2021.**

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, **sob a Presidência do Vereador Brás Zagotto**, realizou-se, com início às quatorze horas e doze minutos, a Décima Sexta Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo, referente ao Segundo Período da Primeira Sessão Legislativa da Nona Legislatura. Conforme o registro de chamada, não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Alexandre Valdo Maitan fez a leitura da passagem bíblica. / A seguir, a pedido do Presidente Brás Zagotto, foi observado um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Serafim Ângelo Barbosa, pai da Dra. Ângela, que foi procuradora da Câmara Municipal. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Projeto de Resolução:** 17/2021 – Diogo Pereira Lube. **Projetos de Lei:** 108/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 107/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 109 e 111/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; 103, 104 e 105/2021 – Poder Executivo. **Indicações:** 5957, 5961, 5363, 5964 e 5966/2021 – Adriano Pereira Verediano; 5940, 5941, 5942, 5943, 6002, 6003, 6004, 6020 e 6021/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 5948, 5949, 5950 e 5951/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 6019, 6031, 6032, 6033 e 6034/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 6037, 6038, 6039, 6040, 6041, 6042 e 6043/2021 – Arildo Tomaz Bucker; 5939, 5944, 5945 e 6044/2021 – Brás Zagotto; 5998, 5999, 6000 e 6001/2021 – Delandi Pereira Macedo; 5937 e 5938/2021 – Diogo Pereira Lube; 6011, 6045 e 6046/2021 – Ely Escarpini; 5925, 5926, 5946, 5947, 5984, 5985, 5986, 5987, 5988, 5989, 5990, 5991, 6006, 6022, 6023, 6024, 6025, 6026, 6027, 6028, 6029 e 6030/2021 – Evandro Miranda; 5968, 5970, 5971, 5973, 5974, 5975, 5976, 5977, 5979, 5980, 6012, 6013, 6014, 6015, 6016, 6017 e 6018/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 6008 e 6010/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra; 5921, 5922, 5923, 5924, 5992, 5993 e 5994/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 5927, 5933, 5934, 5935, 5936, 5952, 5953, 5954, 6005, 6007, 6009, 6035 e 6036/2021 – Osmar Francisco; 5928, 5929, 5930, 5931 e 5932/2021 – Paulo Grola; 5995, 5996 e 5997/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 5955, 5956, 5958, 5959, 5960, 5962, 5965, 5967, 5969, 5972, 5978, 5981, 5982 e 5983/2021 – Sebastião Ary Corrêa. **Requerimentos:** *Pedidos de Informação:* 162/2021 – Delandi Pereira Macedo; 159/2021 – Diogo Pereira Lube; 163/2021 – Osmar Francisco; 160 e 161/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; *Votos de Congratulação:* 640, 641, 642 e 643/2021 – Delandi Pereira Macedo; 637/2021 – Evandro Miranda; 638/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670 e 671/2021 – Osmar Francisco; 636, 639 e 672/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; *Votos de Pesar:* 157/2021 – Paulo Sérgio de Almeida. **Projetos de Decreto Legislativo:** 446/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 443/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 439/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 445/2021 – Diogo Pereira Lube; 449, 450 e 451/2021 – Ely Escarpini; 442/2021 – Evandro Miranda; 447/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; 444/2021 – Osmar Francisco; 440 e 441/2021 – Sebastião Ary Corrêa. / **Sebastião Ary Corrêa, levantando questão de ordem:** — Pede ao presidente que o Projeto de Lei 60/2021 seja incluído na pauta do dia. / **Marcelo Fávero de Oliveira, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente que o Projeto de Lei 89/2021 também seja incluído na pauta do dia. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata os pedidos

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



dos vereadores. Convida a Secretária Cristina Lens para, a pedido do Vereador Diogo Lube, usar a tribuna e falar sobre o abono dos professores de Cachoeiro. Também convida a equipe técnica que está acompanhando a secretária para tomar assento nas cadeiras ao lado da tribuna. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Cumprimenta a todos e convida a Secretária de Administração, a Lorena, para ficar junto dela na tribuna. Informa que a Secretaria de Educação trabalha em conjunto com o prefeito e as Pastas de Fazenda e de Administração. Explica que todas as questões da parte funcional dos servidores efetivos são demandadas pela Secretaria de Administração. Diz ainda que todas as decisões da Secretaria de Educação têm como único objetivo os estudantes da educação básica. Menciona que o Município de Cachoeiro de Itapemirim nunca precisou dar abono para cumprir o percentual de gastos com a educação, que é de 25%. Inclusive acrescenta que Cachoeiro tem investido 26% e até um pouco mais no setor. Conta que o Município tem realizado investimentos na educação, pois entende que o gestor que não investe os 25% não está gerindo o setor com eficiência. Comenta que, quando o gestor não consegue investir os 25%, o prefeito pode sofrer processo por improbidade administrativa; assim, alguns Municípios recorrem ao abono. Deixa claro que esse não é o caso de Cachoeiro. Salaria que, este ano, foi criada uma lei que determina que, dos 100% dos recursos do FUNDEB que vêm para o Município, 70% devem ser gastos exclusivamente com o pagamento do magistério, sobrando 30% para serem utilizados no pagamento do administrativo, na manutenção e na aquisição de equipamentos. Registra que, em 2021, devido à pandemia, as aulas não começaram em fevereiro e foi preciso o Município contratar profissionais durante o primeiro e o segundo semestres. Relata que Cachoeiro não utilizou os 70% dos recursos destinados à folha de pagamento do magistério; por isso, foi decidido, juntamente com o prefeito e as Secretarias de Administração e de Fazenda, que seriam pagos a mudança de nível e as promoções atrasadas. Entretanto, informa que, mesmo assim, sobrou recurso destinado ao magistério, o que permitiu o pagamento de um abono de 4 mil reais para cada professor em exercício da função. Cita que os professores aposentados, os cedidos e os que estão de licença sem vencimento não vão receber esse abono. Lembra que a lei do FUNDEB diz que os 70% dos recursos terão que ser utilizados para o pagamento de profissionais da educação, que são professores, pedagogos, orientadores e coordenadores. Deixa claro que os profissionais do administrativo não entram nesse cômputo dos 70%. Esclarece que a municipalidade decidiu conceder o abono de 4 mil reais por CPF, pois, dessa forma, os contratos temporários também serão contemplados. Analisa que seria injusto se os DT's, que estão trabalhando nas salas de aula, não fossem contemplados com esse abono. Registra que o Município tem oitocentos e oitenta e cinco professores efetivos e mil cento e noventa e nove contratados, totalizando dois mil e oitenta e quatro, sendo que duzentos e trinta e três possuem duas matrículas. Destaca que os profissionais do administrativo são muito importantes para o setor de educação, mas a Lei Complementar 173 impede qualquer tipo de pagamento extra para os servidores que não façam parte do magistério. Declara que não poderia ser concedido esse abono para o magistério, se o Município já tivesse atingido os 70% com a folha de pagamento. / **Lorena Vasques Silveira:** — Após os cumprimentos, ressalta que o governo decidiu conceder o abono até para cumprir o que era necessário. Fala da dificuldade vivenciada no período pandêmico, com aulas remotas, e também sobre a alteração da Lei do FUNDEB, a 14.113/2020, que estabelece o percentual a ser gasto, sendo 70% com o salário dos professores e 30% em investimentos no setor de educação; por isso, apenas os professores serão abarcados com o abono. Informa que a Secretaria de Educação tem feito investimentos com os 30% restantes, como o pagamento de tíquete, a aquisição de playground e a melhoria das escolas, além de o pagamento dos servidores que não são professores. Frisa que a lei veda a utilização dos 70% para o pagamento do administrativo do setor de educação. Elogia os trabalhos e os investimentos feitos pela Secretaria de Educação com os 30% dos recursos do FUNDEB. Então,



deixa claro que não sobraram recursos dos 30% para contemplar os profissionais do administrativo com um abono. Registra que a administração observou que existia um número considerável de servidores que faziam jus à progressão e à promoção, mas, devido à pandemia, o Tribunal não havia se manifestado sobre o que era possível fazer; então, esses direitos foram sobrestados pela Lei Complementar 173, que veda o aumento de despesa com pessoal, excetuando-se somente o da saúde e da assistência social. Conta que, depois, o Tribunal se manifestou sobre essa questão, e o Município se sentiu confortável juridicamente para regularizar a vida dos servidores. Assim, diz que o Município já começou a fazer as avaliações de todos os servidores da administração para que sejam concedidas as promoções e as progressões àqueles que têm direito. Menciona que a administração entendeu que não é justo o servidor que fez jus à progressão e à promoção em 2020 esperar até 2022 para receber esses direitos. Enfatiza que o Município vai dar um abono para os professores, mas não se esqueceu dos demais servidores da administração pública. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Agradece a Secretária Lorena por tê-la acompanhado à Câmara para ajudar nessa conversa com os vereadores. Lembra que é responsabilidade da Secretaria de Administração coordenar os processos de concurso público, o pagamento de efetivo e cuidar da vida profissional dos servidores. Informa que a Secretaria de Educação adquiriu um notebook por sala de aula para os professores terem suporte nas escolas, a fim de fazerem planejamentos, para o Programa Google em Sala de Aula, entre outras utilizações. Ressalta que há muito tempo não havia investimento em equipamentos tecnológicos para as escolas. Inclusive salienta que, durante a pandemia, a administração recebeu muitas reclamações de que os professores não tinham esse recurso. Recorda que, em 2012, os professores receberam verba para a aquisição de computadores, diferente do que está sendo feito agora, pois o Município recebeu o recurso e deveria comprar um computador com determinada especificação. Acrescenta que a administração pôde escolher passar o recurso para o professor comprar o computador ou ela própria adquiri-lo; assim, o governo optou por comprar os computadores e entregá-los. Explica que o computador é passado ao professor efetivo de forma definitiva, enquanto que o contratado utiliza o equipamento em comodato, sendo obrigado a devolvê-lo ao Município quando do seu desligamento da rede de ensino. Deixa claro que esses computadores são bens do Município. Relata que a rotatividade de contratos temporários é muito grande, e todos os dias há desistências e chamadas de DT's. Coloca-se à disposição para responder os questionamentos dos vereadores, mas já avisa que pode não ter todas as respostas. Registra que as contas da Prefeitura estão no Portal da Transparência, e todos podem ter acesso às mesmas. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pede ao secretário que proceda a chamada dos vereadores para que, caso queiram, façam perguntas, começando pelo colega Diogo, autor do convite à Secretária Cristina Lens. / **Diogo Pereira Lube:** — Informa que, como relator da Comissão de Educação, visitou a secretária para tirar dúvidas quanto a alguns projetos apresentados pelo Vereador Juninho Corrêa. Assim, pede que em outra oportunidade a Secretária Cristina ou a Valéria possa fazer pontuações técnicas sobre os assuntos de que tratam os projetos do colega Juninho, antes de eles serem apreciados. Diz que as falas das Secretárias Cristina e Lorena foram esclarecedoras e pertinentes. Analisa que os servidores da saúde, que atuam na linha de frente contra o Covid, também mereciam receber um abono, pois esses profissionais colocam suas vidas em risco para salvar a de outras pessoas. Pergunta como será concedido o abono aos professores, se em uma ou duas parcelas. Questiona se apenas os professores efetivos serão contemplados com os computadores ou se os aposentados, os cedidos e os que estão de licença sem vencimento também vão receber esse aparelho. Como houve o aumento de 60% para 70% por conta da lei do FUNDEB, indaga se há alguma expectativa de que os professores tenham aumento salarial no próximo ano. Comenta que o salário do professor no Espírito Santo é muito ruim, inclusive diz que no Maranhão um professor recebe 5 mil reais. / **Lorena Vasques Silveira:** — Relata que, este ano, houve



grandes dificuldades devido à pandemia; porém, em 2022, serão avaliadas todas as situações para tentarem fazer o investimento dos 70% dos recursos do FUNDEB. Deixa claro que esse percentual não é para a concessão de abono no final do ano, e sim para o pagamento de salário dos professores. Explica que, na estratégia de investimento do Município, esse recurso deve ser para o pagamento do profissional; então, acredita que qualquer coisa além não é a utilização devida. Menciona que, nos seis primeiros meses de pandemia, houve uma redução considerável da quantidade de profissionais e, de acordo com estudos feitos pela secretaria, isso ocasionou a sobra desse recurso; assim, não é garantido que isso ocorra em 2022, já que se espera que os professores sejam contratados no início do ano. Apesar de outros Estados pagarem salários mais altos para os professores, registra que os profissionais de quarenta horas em Cachoeiro recebem 3 mil e 200 reais, ou seja, acima do teto nacional, que é de 2 mil e 800 reais. Salienta que há a tendência de reajuste do teto nacional, e o Município não pretende pagar complementação. Ressalta que é desejo da administração valorizar o professor, o que vai ocorrer dentro das condições do Município. / **Diogo Pereira Lube:** — Pergunta novamente se a entrega dos computadores será limitada apenas aos professores efetivos e DT's que estão trabalhando ou se os aposentados, os cedidos e os que estão de licença sem vencimento também vão receber esse equipamento. / **Lorena Vasques Silveira:** — Responde que, inicialmente, serão contemplados os professores efetivos. Inclusive explica que a intenção do investimento em computadores não é para atender o professor, e sim à rede de ensino. Acrescenta que o equipamento é de propriedade do Município. / **Diogo Pereira Lube:** — Agradece às secretárias pelas respostas e coloca-se à disposição. / **Adriano Pereira Verediano:** — Comenta que a administração fez um cálculo para chegar ao valor de 4 mil reais de abono. Pergunta se as secretárias teriam disponibilidade para dar esclarecimentos aos professores sobre isso. Lembra que foi votada na Câmara a Previdência Complementar, sendo dito que seriam feitos atendimentos para tirar as dúvidas dos servidores públicos municipais. Indaga se esses atendimentos já estão sendo feitos. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Garante que não há nenhum problema em prestar esclarecimentos aos professores; porém, destaca que esta sessão está sendo transmitida pelos canais da internet e ficará disponível a todos. / **Adriano Pereira Verediano:** — Diz que seria justo os professores ouvirem tais informações diretamente das secretárias. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Frisa que está à disposição para prestar esclarecimentos. / **Lorena Vasques Silveira:** — Declara que as Secretarias de Educação e de Administração, assim como toda a Prefeitura, sempre vão estar à disposição para prestar qualquer esclarecimento aos servidores, aos vereadores e à população cachoeirense. Com relação à Previdência Complementar, informa que a Prefeitura assinou um convênio com a PREVES, Fundação do Estado do Espírito Santo, que vai ser a responsável pela gestão desse serviço em Cachoeiro. Inclusive agradece à Câmara pela aprovação desse projeto. Diz que a Prefeitura conseguiu cumprir o prazo, o convênio foi assinado no dia 12/11 e já estão sendo buscadas formas de levar palestras e responder as perguntas dos servidores sobre a Previdência Complementar. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Agradece à secretária de Educação e equipe pela forma com que o recebem naquela secretaria. Pergunta se o abono será pago em parcela única ou em duas vezes. / **Lorena Vasques Silveira:** — Responde que o abono será pago em parcela única. Inclusive solicita aos vereadores que votem o projeto que trata do abono com a máxima urgência para que seja pago ainda na folha de novembro. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Comenta que o abono não será pago com recursos do FUNDEB, e sim com verba que não foi gasta no início de 2021. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Informa que o abono será pago sim com recursos do FUNDEB. Deixa claro que a secretaria paga o professor da educação básica com os 70% do recurso desse fundo. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Diz-se triste por saber que o pessoal da parte administrativa do setor de educação não receberá o abono. Questiona se, devido à pandemia,





não foi possível acumular um valor para que esses servidores também fossem agraciados com o abono. / **Lorena Vasques Silveira:** — Explica que essa “sobra de recursos” foi exatamente devido à pandemia, já que a administração iniciou este ano com um número bem menor de professores do que o normal, o que fez com que a Prefeitura não atingisse os 70% do FUNDEB, razão pela qual será concedido o abono. Menciona que, infelizmente, a Lei Complementar 173 veda o aumento de despesa com pessoal. Registra que o Tribunal de Contas se manifestou recentemente favorável ao abono, em caráter de excepcionalidade, por entender que, se alguns Municípios não fizerem isso, não vão cumprir os 70%. Esclarece que o abono não abarca o pessoal do setor administrativo da Secretaria de Educação, porque a dotação que custeia o pagamento desses salários é a de 30%, como também os investimentos, o tíquete alimentação, entre outras coisas. Entretanto, destaca que, após a manifestação do Tribunal de Contas, o Município decidiu colocar em dia as promoções e progressões de todos os servidores, inclusive o retroativo desses benefícios, devidos desde 2020. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Pergunta se isso será feito este ano. / **Lorena Vasques Silveira:** — Ressalta que há cerca de seis mil servidores no Município e que pretende começar a fazer os pagamentos ainda este ano. Acrescenta que essas promoções e progressões dependem das avaliações que serão feitas pelas secretarias e das autoavaliações dos servidores, as quais serão enviadas para o RH da Prefeitura. Portanto, salienta que a concessão desses direitos depende de um trabalho operacional. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Menciona que mil cento e noventa e nove DT's não serão contemplados com os computadores. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Explica que será feita uma licitação e, por cona de orçamento, primeiro serão comprados os computadores para os efetivos e, no próximo ano, os contratados também serão contemplados. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Parabêniza a secretária de Educação pelo trabalho, colocando-se sempre à disposição dos vereadores. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Registra que prestou vinte e cinco anos de serviços à municipalidade e se aposentou em maio de 2019. Cita alguns membros da equipe da secretaria, como a Gerente Pedagógica Valéria, que é doutoranda em Educação e uma estudiosa no que se refere à alfabetização do 1º ao 9º ano, a Subsecretária Liviane, pós-graduada em Educação, e a Subsecretária Cris Fassarella, que cuida da parte financeira da pasta. Ressalta que a missão da secretaria é cuidar e tratar bem as pessoas; então, considera inadmissível que alguém daquela pasta destrata ou fale mal de qualquer pessoa nas redes sociais. Diz que a Secretaria de Educação está sempre aberta para receber a todos os vereadores. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Registra que as suas dúvidas já foram tiradas, através das perguntas de outros colegas. Agradece às secretárias pelas informações. / **Arildo Tomaz Bucker:** — Agradece às secretárias, em especial, a Cristina que sempre o acolheu bem e conduz a Secretaria de Educação com muito carinho. / **Brás Zagotto:** — Informa que recebeu, através do WhatsApp, várias perguntas da comunidade. Questiona se não é possível diminuir o valor do abono de 4 mil reais para 3 mil reais e conceder pelo menos 1 mil reais para os outros servidores. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Comenta que seria muito bom se todos os servidores pudessem ser contemplados; porém, há uma lei que impede que os profissionais do setor administrativo da Secretaria de Educação recebam o abono. Frisa que não poderia dividir o valor do abono com o pessoal do administrativo em hipótese alguma. / **Brás Zagotto:** — Salienta que ficou feliz, porque todos os servidores da Prefeitura vão receber as promoções e progressões. / **Delandi Pereira Macedo:** — Analisa que o déficit de professores efetivos no Município é grande, já que são mil cento e noventa e nove DT's. Pergunta se o Município está preparando concurso público para a área de educação. / **Lorena Vasques Silveira:** — Responde que sim. Explica que a Prefeitura está finalizando o processo de contratação de empresa para ser realizado o concurso público. Lembra que o concurso seria feito antes, mas a pandemia impediu essa realização. / **Delandi Pereira Macedo:** — Indaga se há previsão de data para o concurso. / **Lorena Vasques Silveira:** — Diz



que depende do retorno das cotações, mas o concurso será realizado em breve. / **Delandi Pereira Macedo:** — Questiona se esse processo está adiantado. / **Lorena Vasques Silveira:** — Responde que sim, inclusive já tem parecer da PGM. / **Delandi Pereira Macedo:** — Pergunta se o concurso público será apenas para professor ou para todos os cargos da Prefeitura. / **Lorena Vasques Silveira:** — Menciona que para todos os cargos, pois há muitas vagas livres, já que vários servidores se aposentaram ou deixaram a Prefeitura, através do Programa de Demissão Voluntária. Salienta que isso tudo aconteceu para a que Prefeitura pudesse viabilizar o plano de cargos e salários e também a realização de concurso público. / **Delandi Pereira Macedo:** — Parabeniza às secretárias pelo trabalho que vêm fazendo em Cachoeiro. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que o projeto do abono chegou hoje à Câmara. Pede aos membros da Comissão de Educação e ao procurador que façam os pareceres, pois, assim, esse projeto poderá ser votado ainda hoje. / **Ely Escarpini:** — Parabeniza as secretárias pelo trabalho que fazem em suas secretarias e pelas explicações. Diz-se satisfeito com as respostas dadas aos colegas. / **Evandro Miranda:** — Pergunta como se chegou ao valor de 4 mil reais de abono. Comenta que foi publicada uma fake news dizendo que houve uma reunião entre os vereadores, o prefeito e as secretárias de Educação e de Administração, quando foi sugerido pelos edis o valor de 8 mil e de 12 mil reais para o abono, sendo que o chefe do Executivo determinou que seria de 4 mil reais. Deixa claro que não existiu essa reunião e que o valor do abono foi discutido entre os membros da administração municipal. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Confirma que não houve essa reunião. Explica que o recurso do FUNDEB é distribuído ao longo do ano. Lembra que, no início de 2021, não se cogitava a possibilidade de concessão de abono, porque os recursos do FUNDEB estavam chegando de forma escassa e, só depois de junho, o valor foi mais significativo. Frisa que não existe negociação, e sim contas, orçamento, pagamento de professor e de promoções e progressões, o que não atingiu os 70%; por isso, a concessão do abono. / **Evandro Miranda:** — Parabeniza Secretária Cristina e equipe pelo belíssimo trabalho realizado em Cachoeiro. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Relata que surgiu uma conversa quanto à cessão do computador para os professores devido ao Estado também ter feito algo no mesmo sentido. Menciona que os computadores serão comprados pelo Município e cedidos aos professores. Pergunta quanto tempo vai levar para que esses computadores sejam disponibilizados. Questiona ainda quanto tempo vai durar esse programa. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Registra que o computador será um apoio tecnológico para o professor. Analisa que, com o fim da pandemia, a utilização de tecnologia é um caminho sem volta, pois o Programa Google em Sala de Aula vai continuar sendo usado nas escolas, além do reforço escolar e de outras questões técnicas/administrativas realizadas pelos professores, através de computador. Salienta que, agora, será iniciado o processo de compra de computadores para os efetivos e, no início do próximo ano, para os contratados. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Comenta que os 30% dos recursos do FUNDEB são sempre aliados aos 25% da arrecadação do Município para fazer o pagamento dos profissionais. Então, diz que os vereadores serão questionados sobre os 95 milhões de reais do FUNDEB, sendo 70% para o magistério e 30% para o setor administrativo, e ainda 25% da arrecadação do Município, este ano, estimada em 150 milhões de reais, para serem utilizados no setor de educação. Indaga se não há como a administração pagar o abono para todo o pessoal. Lembra que, no início da pandemia, a secretaria teve gastos e manteve a compra de alimentos para serem entregues aos alunos, além de outras situações. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Repete que há uma lei que veda o abono ao setor administrativo da educação. Explica que o gestor que deixa dinheiro para abono pode ser considerado um mau profissional. Avalia que, em outro momento, o abono poderá ser concedido a essa categoria, mas, hoje, existe lei que impede isso. Destaca que, se o Município não investir os 25% na educação, no caso de Cachoeiro 26%, poderá ser aberto um processo por improbidade. /



**Lorena Vasques Silveira:** — Diz que a Lei 14.113/2020 também estabelece o percentual a ser gasto com cada coisa. Então, deixa claro que 70% dos recursos do FUNDEB são exclusivos para o pagamento de salário de professor e 30% para custear o administrativo, os investimentos, a manutenção, entre outras coisas. Enfatiza que a própria lei do FUNDEB determina qual a finalidade e o percentual da verba a ser aplicado em cada coisa. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Questiona se o piso salarial é pago apenas aos efetivos ou também aos DT's. / **Lorena Vasques Silveira:** — Diz que é pago a todos os professores o valor de 3 mil e 200 reais, sem os descontos. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pergunta se o valor de 4 mil reais terá desconto de imposto. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Responde que serão 4 mil reais livres. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Agradece às secretárias pelos esclarecimentos. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Diz que as suas dúvidas já foram esclarecidas. Parabeniza as secretárias pelo trabalho. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Agradece às secretárias e também diz que todas as suas dúvidas já foram sanadas. Parabeniza às secretárias pela condução de suas secretarias com zelo, destreza e dedicação. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Destaca que as Secretarias de Educação e de Administração trabalham exclusivamente com servidores efetivos, o que considera importante, já que, assim, é dada continuidade ao serviço. / **Paulo Grola:** — Parabeniza às secretárias e comenta que as suas dúvidas já foram esclarecidas. / **Sandro Dellabella Ferreira:** — Pergunta se os professores que estão em outras secretarias recebem seus salários, através dos recursos do FUNDEB. / **Lorena Vasques Silveira:** — Responde que não, pois o recurso do FUNDEB custeia exclusivamente os profissionais da educação. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Registra que o Conselho do FUNDEB é muito atuante e confere toda a frequência e folha de pagamento. / **Sandro Dellabella Ferreira:** — Indaga quem são os conselheiros do FUNDEB, o horário, o dia e o local onde eles se reúnem. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Menciona que pode enviar, depois, o cronograma de reunião dos Conselhos do FUNDEB, de Educação e de Alimentação. / **Sandro Dellabella Ferreira:** — Questiona se todos os professores vão receber o abono de 4 mil reais, mesmo aqueles que trabalharam apenas dois ou oito meses no ano. / **Lorena Vasques Silveira:** — Responde que sim. / **Sandro Dellabella Ferreira:** — Comenta que soube que o valor total repassado pelo FUNDEB ao Município foi de 97 milhões de reais e pode chegar a 118 milhões de reais, conforme disse o secretário de Fazenda. Pergunta se o Município vai receber mais algum valor desse fundo até dezembro. / **Lorena Vasques Silveira:** — Informa que todo mês é repassado um valor e ainda virão mais recursos até dezembro. Frisa que, obrigatoriamente, o Município tem que gastar 70% desses recursos. / **Sandro Dellabella Ferreira:** — Lembra que as secretárias disseram que a folha de pagamento da Secretaria de Educação começou baixa no início do ano e, depois, aumentou. Inclusive cita que, em janeiro, ela foi de 4 milhões 408 mil reais; em setembro, 8 milhões 273 mil reais. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Registra que, em janeiro, a secretaria não tinha nenhum contrato temporário de professor. / **Sandro Dellabella Ferreira:** — Diz que os professores estão questionando o valor de 4 mil reais de abono, já que outros Municípios vão pagar até 18 mil reais; porém, salienta que é preciso observar a quantidade de professores de cada Município, pois em Cachoeiro são dois mil e oitenta e quatro profissionais. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Agradece às secretárias pela presença e diz que as suas dúvidas já foram esclarecidas. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Passa a palavra às Secretárias Cristina e Lorena para as considerações finais. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Agradece aos vereadores pelo carinho e respeito que têm para com ela e com o pessoal da Secretaria de Educação. Também agradece ao Vereador Diogo por tê-la convidado a comparecer à Câmara para prestar esclarecimentos sobre o abono. / **Delandi Pereira Macedo:** — Pergunta por que o abono vai ser pago por CPF. / **Cristina Lens Bastos de Vargas:** — Explica que o Município poderia pagar o abono proporcional ou por cadeira, mas optou por CPF. Afirma que esse é um ato discricionário



do Poder Executivo. / **Lorena Vasques Silveira:** — Menciona que o Município tinha várias opções para pagar o abono, mas preferiu atingir toda a classe de professores de forma igualitária. Esclarece que, se fosse pago dois abonos no valor de 4 mil reais cada aos professores que têm duas cadeiras, talvez, não seria possível pagar o mesmo valor aos DT's. / **Delandi Pereira Macedo:** — Indaga quantos professores têm duas cadeiras no Município. / **Lorena Vasques Silveira:** — Responde que duzentos e trinta e três. Agradece aos vereadores pela oportunidade de fazer esses esclarecimentos, pois, assim, não são disseminadas notícias inverídicas. Também agradece aos vereadores por entenderem a necessidade de o projeto do abono ser votado com rapidez. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Coloca a Câmara sempre à disposição das Secretárias Cristina e Lorena e as convida a se dirigirem à frente do plenário para o registro de uma fotografia oficial com os vereadores. / Na sequência, passou-se ao **Pequeno Expediente.** / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que o Vereador Ary fará duas homenagens e convida a Paula Garruth para conduzir os trabalhos de cerimonialista. / **Mestre de Cerimônia:** — Convida o Vereador Sebastião Ary Corrêa, acompanhado do Edil Adriano Pereira Verediano, para fazer a entrega de Homenagens Especiais ao Empresário Éder Oza Dias e ao Modelo Tiago de Souza Lima. / **Éder Oza Dias:** — Conta que descobriu o talento do Tiago quando o mesmo passava em frente a sua loja recolhendo o lixo. Agradece ao Vereador Ary e à Câmara Municipal pela homenagem. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Agora, passa a palavra ao Sr. José Carlos Gualberto, conhecido como Dadá, para falar sobre o Movimento Negro. / **José Carlos Gualberto:** — Cumprimenta a todos e lamenta que esteja hoje na Câmara sem a companhia do amigo José Paineiras Filho, que sempre foi um baluarte na luta pela igualdade racial e faleceu no ano passado. Registra que está acompanhado da equipe da Subsecretaria de Cidadania, composta pelo Thiago Togneri, Geovana, Fayda Belo e Marta Profeta. Comenta que a Fayda e a Marta também fazem parte do Conselho Municipal de Igualdade Racial. Inclui convida os vereadores para a posse dos novos membros desse conselho, que será amanhã, às 9:00 horas, na SEMDES. Lembra que esteve na Câmara vinte anos atrás para falar sobre a Lei 10.639, que inseriu a história do povo afro-brasileiro nas diretrizes curriculares. Recorda que o seu pensamento era o de que, depois de certo tempo, não seria mais necessário discutir esse assunto; porém, quando abre um jornal ou acessa a internet, tem certeza de que esse debate precisa continuar, já que, em pleno Século XXI, ainda se cultua a supremacia branca no mundo e há inúmeros crimes de racismo. Avalia que a sociedade mundial continua doente, porque as pessoas são julgadas pela cor da pele. Salienta que, quando o Movimento Negro Brasileiro discutiu as questões raciais, nunca pediu mala de dinheiro nem houve um debate acirrado entre raças, apenas quis respeito. Frisa que, antes de o Governo Federal sancionar a Lei 10.639, o José Paineiras já fazia um trabalho nas escolas para educar a sociedade quanto às relações étnico-raciais. Ressalta que a política de cotas foi um paliativo, já que o Movimento Negro queria apenas uma sociedade mais justa. Frisa que ainda hoje está latente na sociedade um passado escravocrata e que muitos crimes raciais continuam acontecendo todos os dias. Então, afirma que é preciso continuar a luta para que a sociedade seja educada. Destaca que nenhuma criança nasce racista, infelizmente, elas aprendem isso. Enfatiza que a problemática do racismo continua assolando o mundo inteiro; portanto, se o homem público não enxergar que as pessoas são iguais, independentemente da cor da pele, não vai haver uma gestão de qualidade. Segue dizendo que a Secretária de Desenvolvimento Social, a Márcia Bezerra, tem um coração gigante e lhe confiou o papel de conduzir a Subsecretaria de Cidadania. Conta que vem implantando vários conselhos em Cachoeiro. Lamenta que a Lei 10.639, ratificada pela 11.645/2008, ainda encontre barreiras no sistema pedagógico do Brasil. Menciona também que não concorda que pessoas sejam apedrejadas por expressarem sua fé, já que nenhuma denominação é melhor do que a outra. Como cidadão e gestor da Subsecretaria de Cidadania, deixa claro que é preciso educar a sociedade para as relações étnico-raciais. Lembra que as vítimas do





holocausto foram indenizadas pelo governo alemão. Expressa que o seu desejo não é uma mala de dinheiro, e sim que haja respeito e seja dada oportunidade às pessoas. Comenta que só se consegue quebrar o preconceito com conhecimento e educação. Relata que a pessoa que cultua a supremacia racial é inteligente e só é possível combatê-la com uma maior inteligência; por isso, estudou, se graduou e pós-graduou para se preparar para os debates. Registra que luta por uma sociedade mais justa há quase quarenta anos, mas pensou que, em 2021, o mundo já estaria livre do racismo. Lamenta que o investimento em educação no Brasil seja pífio. Menciona que o grande abismo entre raças no Brasil foi uma construção histórica; então, não será da noite para o dia que isso vai acabar. Cita que o primeiro Movimento Negro do Brasil no Século XX foi a Revolta da Chibata. Agradece aos vereadores pela oportunidade de falar na Câmara. / **Ely Escarpini (Presidente em exercício)**: — Agradece ao Dadá pela explanação. / **Diogo Pereira Lube**: — Como presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, reconhece todos os séculos de opressão promovidos por aqueles que construíram uma história discriminatória e de escravidão. Diz que, infelizmente, ainda há grande dificuldade de a Lei 10.639/2003 ser cumprida em sala de aula por conta do sistema do Governo Federal, que não pensa em cursos de capacitação gratuitos para que os professores entendam a história afro-brasileira. Deixa registrado o seu repúdio ao Presidente da Fundação Palmares, o Sérgio Camargo, que não representa em nada a luta dos negros no Brasil. Conta que o citado presidente se refere aos negros e ao Movimento Negro como escória maldita e formada por vagabundos, chama a mãe de santo de macumbeira e diz que Zumbi dos Palmares foi um “filho da puta” que escravizava pretos. Então, afirma que o referido presidente não merece o respeito dos negros. Comenta que a educação é a melhor forma de romper a barreira de algo que não nasceu com as pessoas. Ressalta que, como dizia Bob Marley, ninguém nasce odiando ninguém. Como educador, coloca-se à disposição para lutar contra pensamentos racistas, preconceituosos e intolerantes, pois a sociedade brasileira é fruto da mistura de várias etnias. Parabeniza o Movimento Negro pela luta, que deveria ter acabado há séculos, mas ainda continua nos dias atuais. Enfatiza que vidas negras importam. / **José Carlos Gualberto**: — Com relação à pessoa citada pelo Vereador Diogo, diz que havia os capitães do mato e a escravidão continuava existindo. / **Osmar Francisco, levantando questão de ordem**: — Solicita ao presidente em exercício que suprima o restante do tempo do Pequeno Expediente. / **Ely Escarpini (Presidente em exercício)**: — Acata tal pedido, visto que nenhum vereador se manifestou contra. / Prosseguindo, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que usaram a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Osmar Francisco**: — Registra que, hoje, visitou o pequeno posto médico do Bairro Nossa Senhora da Penha, que atende também aos moradores do Santa Cecília, Independência e Alto Independência, no qual faltam materiais e aparelho para medir pressão, não há sala de vacinação e os funcionários não têm um local adequado para se alimentarem. Então, informa que vai se reunir com o secretário de Saúde para falar sobre essa demanda. Comenta que vai fazer um projeto para que a Prefeitura possa comprar um terreno naquela região, com vistas à construção de um novo posto médico. Enfatiza também que o acesso ao posto é difícil para os deficientes e idosos; assim, diz que vai pedir ao secretário que viabilize o atendimento dessas pessoas no centro de saúde. Frisa que, como vereador que tem foco na saúde, vai visitar outros bairros para buscar as demandas desse setor e mostrá-las ao prefeito e ao secretário. / **Diogo Pereira Lube**: — Lembra que, no dia 16/11/1904, no Rio de Janeiro, teve fim a Revolta da Vacina, que surgiu por falta de comunicação do governo e de trato dos agentes públicos para com a sociedade, que foi obrigada a se vacinar contra a varíola. Comenta que tomou duas doses da vacina contra o Covid-19, pois sabe que a vacinação tem feito com que a média de mortes pela doença seja menor do que duzentas por dia. Registra que protocolou um projeto para que os servidores apresentem a Carteira de Vacinação ao adentrarem à Câmara, cuja matéria é semelhante à de um



deputado do PL, que foi ratificada por proposta de um senador do PDT e pela lei federal que criou a Campanha Nacional de Vacinação. Portanto, diz que o próprio Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro compra vacinas com o dinheiro público para serem aplicadas na população de forma gratuita, a fim de salvar a vida das pessoas. Deixa claro que aqueles que são vacinados podem ter essa ou outras doenças para as quais há vacinas, como a gripe, mas as estatísticas de mortes acabam caindo. Frisa que o seu projeto não visa interferir nos direitos e liberdades individuais de ninguém, e sim dar segurança aos servidores que recebem a população na Câmara, assim como é feito nos estádios de futebol, shows, bares, Assembleias Legislativas, Senado e Câmara Federal, locais que instituíram a apresentação da Carteira de Vacinação para o acesso das pessoas. Afirma que as pessoas têm o direito de querer ou não tomar a vacina, desde que a prioridade seja o bem coletivo. Enfatiza que isso é biopolítica, ou seja, a política pela vida, e não necropolítica. Comenta que a vida não deveria ser politizada nem dividida entre direita e esquerda ou entre aqueles que não querem tomar a vacina por não acreditarem nela. Lembra que a pandemia matou milhões de pessoas e continua matando, mesmo que sejam menos de duzentas por dia. Agradece aos vereadores que assinaram esse projeto, o qual precisava de sete assinaturas e, em breve, será apreciado na Câmara. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Ressalta que a Câmara perdeu o Vereador Silvinho e a Léa, assessora do colega Allan, vítimas dessa doença. Salienta que, agora, o Pastor Valtair, assessor do Vereador Delandi, está intubado na UTI. Comenta que o Pastor Valtair não tomou a vacina e, se tivesse tomado, talvez, as consequências do Covid seriam menores. / **Diogo Pereira Lube:** — Lamenta que, em meio à polêmica, o Governo Federal, através do presidente da República, tenha um posicionamento um pouco antagonico em relação à vacina, pois não dá o exemplo, já que não usa máscara em eventos e fala sobre a falta de credibilidade da vacina, o que acabou politizando o assunto. Conta que o Ministério do Trabalho lançou uma portaria, proibindo a demissão dos trabalhadores por justa causa, caso não apresentem a Carteira de Vacinação. Diz que, respeitando essa portaria, fez uma emenda supressiva a um artigo do seu projeto que criava qualquer risco de demissão para o servidor da Câmara. Esclarece que o objetivo da Câmara com esse projeto é proteger as pessoas. Relata que Singapura, que tem um Sistema Único de Saúde como o do Brasil, criou uma lei proibindo as pessoas não vacinadas de frequentarem o SUS. Comenta que, hoje, a Áustria decretou lockdown para as pessoas que não foram vacinadas e a Alemanha está entrando na quarta onda de Covid dos não vacinados. Sugere às pessoas que ainda têm dúvidas quanto à vacinação que procurem a orientação de médicos e de epidemiologistas. Frisa que é preciso acreditar na medicina, pois Deus deu inteligência aos médicos para cuidarem da vida das pessoas. Portanto, afirma que a ciência também é dom de Deus. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Pegando um gancho na fala do Vereador Diogo, diz que um cidadão lhe informou que não se vacinou, porque a vacina do Covid é para robotizar as pessoas. Destaca que esse cidadão ainda acrescentou que, quando a maioria da população estiver vacinada, Bill Gates, lá dos Estados Unidos, através do computador, vai matar milhares de pessoas. Então, enfatiza que, em pleno Século XXI, com altas tecnologias, politizaram a vacina e, assim, muitas pessoas estão perdendo a vida por não terem se vacinado. Analisa que há nas redes sociais um monte de conversas e de controvérsias que deixam o povo meio perdido. Deixa claro que já está provado que a vacina diminuiu o número de casos graves dessa doença e também de mortes. Segue mencionando que as ruas de Cachoeiro estão cheias de buracos, inclusive as principais. Diante disso, pede à Prefeitura que, com urgência, realize uma operação tapa-buracos em todos os bairros da cidade. Comunica que fez uma indicação solicitando providências quanto a um buraco na descida do Bairro Novo Parque, que coloca em risco principalmente a vida dos motociclistas. Reclama da lentidão da EDP quanto aos atendimentos, citando, como exemplo, que, desde sexta-feira, vem pedindo a retirada de uma árvore no Bairro São Francisco, a qual caiu em cima dos fios



elétricos, mas até agora não foi atendido. Registra que só vai aplaudir a empresa quando ela fizer um trabalho com eficiência em Cachoeiro, pois vê que há árvores espalhadas por toda a cidade tocando as redes elétricas, para as quais os vereadores já fizeram pedidos, mas não foram atendidos. Avisa que vai começar a fazer vídeos, principalmente do Bairro São Francisco, mostrando que há lâmpadas que estão tapadas pelas árvores. Salienta que a EDP é muito eficiente para cobrar da população, que, se não paga a conta, tem a energia cortada; então, pergunta por que a empresa não tem a mesma eficiência quanto à prestação de serviço. Informa que em toda sessão vai falar sobre isso, pois a população precisa ser melhor atendida por essa empresa, que deveria ter uma equipe preparada para podar árvores, e não as deixar aleijadas. / **Aparteando Leonardo Pinheiro Dutra:** — Destaca que, além de aleijar as árvores, a empresa ainda deixa os galhos na rua para a Prefeitura retirá-los depois. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Avalia que esse é um trabalho malfeito da empresa. Frisa que não está desmerecendo os trabalhadores da EDP, mas acredita que na empresa não haja uma pessoa preparada para fazer esse tipo de serviço. Repete que, enquanto a empresa não lhe provar o contrário, vai continuar achando que ela não presta um bom serviço em Cachoeiro. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Também reclama da situação das ruas da cidade, que estão cheias de buracos. Conta que, esta semana, levou de vinte e cinco a trinta minutos do trevo do Bairro IBC até a Polícia Federal devido aos buracos na pista, cuja situação está vergonhosa. Acrescenta que na chegada do cemitério do Bairro Aeroporto também há muitos buracos. Então, clama à Prefeitura que tome providências quanto a isso, pois os motoristas estão tendo prejuízos com a quebra de rodas e de suspensão de seus veículos, além de os buracos causarem a queda de motociclistas. Informa que os Bairros Monte Belo e União estão tão esburacados que chegou ao ponto de o motorista de ônibus dizer que será preciso mudar a rota, já que não está dando para subir com o coletivo. Inclusive comenta que um motorista lhe pediu que solicitasse o serviço de tapa-buracos, porque não tem jeito de os ônibus subirem sem quebrar. Portanto, pede socorro à Prefeitura e ao DNIT. Menciona que, outro dia, viu uma equipe tapando buracos no Bairro Valão, mas hoje aquela rodovia já está toda esburacada de novo. Solicita também à Prefeitura o corte de alguns eucaliptos no Bairro Monte Belo, visto que o dono de um terreno plantou várias dessas árvores, inclusive onde seria a calçada, e elas, em período de chuva, estão caindo sobre a fiação elétrica e podem até cair em cima de casas. Comunica que, outro dia, caiu uma de mais ou menos quinze metros, e o pessoal da Prefeitura teve de retirá-la de lá. Avisa que há mais oito pés de eucalipto que estão prestes a cair. Ressalta que o dono do terreno não vai cortar essas árvores, porque está visando a questão financeira. Deixa claro que essa reclamação não é referente à Prefeitura, e sim ao dono das árvores, que tem que se conscientizar que precisa retirá-las da calçada. Salienta que ninguém sabe onde esse moço mora, pois sumiu; porém, quando aparece alguém lá para cortar os eucaliptos, logo chega a polícia para prender. Diante disso, requer da Prefeitura que localize o dono daquele terreno e exija dele que faça a coisa correta, porque ninguém aguenta mais aquela situação. Comenta que os paralelepípedos estão todos irregular, inclusive os ônibus já nem passam mais por lá; por isso, fez um pedido de realinhamento dos paralelos. Diz que os Bairros Monte Belo e União estão mais acabados depois da última chuva e precisam de um bom serviço de tapa-buracos. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Frisa que a cidade está deteriorada, pois há buracos em todos os bairros, embora reconheça que o período é de muita chuva. Portanto, diz que essa situação não é culpa do Executivo, dos vereadores nem das pessoas físicas. Registra que em determinadas áreas não se pode só tapar os buracos, é preciso refazer o asfalto. Conta que esteve no Bairro IBC, onde até gravou um vídeo cobrando do Poder Executivo a solução do problema daquele trevo até a saída para Santa Tereza, e, graças a Deus, já começaram a fazer o serviço de recapeamento asfáltico lá. Informa que, nos Bairros BNH e Coramara, há ruas que, infelizmente, não adianta mais remendar, é preciso refazer o asfalto. Registra que a população já paga por esse



serviço, através dos altos impostos, e precisa ter o retorno. Destaca que muitos desses buracos não foram causados pela recente chuva, e sim são de meses e até de anos. Menciona que no Bairro Coramara foi feita uma operação tapa-buracos em algumas ruas; entretanto, as que foram deixadas para trás pioraram e as que receberam o serviço já estão ruins novamente. Avalia que é preciso haver mais articulação da SEMMAT quanto à solução desse problema, porque os contribuintes não podem continuar sofrendo com o desgaste de seus veículos e até com pneus furados. Lembra que os vereadores aprovaram o projeto do empréstimo de 85 milhões de reais; portanto, enfatiza que é preciso fazer alguma coisa de extraordinário na cidade. Informa que a Avenida Manoel da Silva Motta, no Bairro Village da Luz, ainda é de chão e necessita de asfalto ou de concreto. Pede ao Prefeito Victor Coelho, ao Secretário Vander Maciel e ao secretário de Obras que resolvam os problemas do Bairro Village da Luz. Ressalta que o Bairro Bom Pastor também vem sofrendo há anos, já que só há promessas do governo. Deixa claro que não é função de vereador tapar buracos, e sim do Executivo. Frisa que cabe aos vereadores cobrar do Poder Executivo a solução dos problemas do Município. Comenta que ouviu dizer que a situação quanto às lâmpadas será restabelecida ainda este mês. Conta que, apesar de a iluminação pública não ser de graça, há lâmpadas queimadas na cidade há sete meses e até um ano. Diz que a justiça está envolvida nessa questão, às vezes, até segurando um pouco, mas isso precisa ser resolvido com urgência. Lembra que Cachoeiro recebeu uma emenda da Deputada Federal Norma Ayub para a construção de escadaria ligando a Avenida Jorge Simão à Rua Fotógrafo Guilherme, no Bairro Coramara, mas até agora não chegou a seu conhecimento nenhuma informação a esse respeito. Salienta que não gostaria de ver o recurso dessa emenda ser investido em outro lugar. Avisa que tem um vídeo do Prefeito Victor Coelho e do ex-vereador Alexon, dizendo que, até dezembro do ano passado, seria construído o centro comunitário do Bairro Coramara, mas, infelizmente, essa foi uma promessa só para enganar o povo. Informa que o prefeito lhe disse que ainda este ano derrubaria a caixa d'água que está impedindo a construção do centro comunitário no Alto Coramara. Enfatiza que não quer que essa seja mais uma promessa jogada ao vento. Faz questão de dizer aos moradores que, infelizmente, quem não está tomando providências quanto à escadaria é o Prefeito Victor Coelho e o secretário de Obras. Relata que essa foi uma emenda empenhada de mais de 700 mil reais, cujo valor já está na conta da Prefeitura. Então, pergunta por que não fazem a obra. Diz acreditar que o prefeito tem a intenção de resolver os problemas da cidade, mas avisa que o tempo dos políticos não é o mesmo da população. Por fim, apela ao Prefeito Victor Coelho e ao Secretário Vander Maciel que deem mais atenção às ruas do Município. / **Brás Zagotto:** — Dirigindo-se ao colega Léo Camargo, diz que é uma vergonha a Prefeitura ainda não ter derrubado a caixa d'água do Bairro Coramara, pois o ex-vereador Alexon ficou quatro anos cobrando isso na tribuna da Câmara. Inclusive conta que até achou que esse serviço já tinha sido feito. / **Aparteando Leonardo Cleiton Camargo:** — Pergunta se o vereador sabe há quantos anos existe aquela caixa d'água. / **Brás Zagotto:** — Responde que certamente há muitos anos. / **Aparteando Leonardo Cleiton Camargo:** — Analisa que ela deve ter uns sessenta anos; portanto, já está toda deteriorada e quase caindo em cima de uma casa. / **Brás Zagotto:** — Diante da fala de alguns colegas sobre a necessidade de uma operação tapa-buracos em Cachoeiro, avalia que a cidade nunca ficou tão feia em época de chuva como está agora. Então, comenta que sugeriu que colocassem o Leonardo para trabalhar com a equipe de tapa-buracos, pois ele sempre foi jeitoso para lidar com os servidores. Deixa claro que não está desfazendo dos servidores que estão hoje à frente desse serviço. Lembra que o convênio do Governo do Estado com a Prefeitura de Cachoeiro, o qual era de 17 milhões de reais, mas só chegaram 11 milhões de reais, vai contemplar diversas ruas e avenidas da cidade. Inclusive menciona que já foi feito o serviço de recapeamento na Rodovia do Gavião, que pega do antigo Trevo da Coca-Cola até o parque de exposição, e também no local onde os alunos fazem a





prova para tirar Carteira de Motorista, além de ter sido dado atendimento ao Bairro Rui Pinto Bandeira. Acrescenta que estava programado para a segunda-feira passada o serviço na Avenida Domingos Alcino Dadalto, que vai do trevo próximo ao SESI até a Polícia Federal. Segue citando que será feito um serviço que abrange o trevo da Ilha, subindo pelo Bairro Vila Rica até a Igreja Deus é Amor, e também a Rua Costa Pereira e a Linha Vermelha, com exceção do trecho do Paulinho Lanches até a estação, onde é preciso fazer uma galeria. Informa que o governador deu sinal positivo quanto à drenagem do Bairro Nova Brasília, cuja obra vai resolver de vez o problema de inundação lá em época de chuva. Destaca ainda que será feito o serviço de recapeamento da Praça Gastão Pim, passando pelo trevo do Inah Werneck até o Polonini, e também da rua da Praça da Bandeira até a antiga delegacia. Ressalta que isso consta daquele contrato de 11 milhões de reais, sendo que a Prefeitura já tem um cronograma de serviço. Registra ainda que a Rua Jerônimo Ribeiro, no Bairro Amarelo, também será recapeada. Comenta que o serviço está meio atrasado por conta da chuva. Lembra que o último asfalto novo feito em Cachoeiro foi na época do governo de Valadão, em 2005/2006, devido a um convênio com o então governador Paulo Hartung. Salienta inclusive que fizeram a Avenida Aristides Campos e a Linha Vermelha, mas, logo depois, o pessoal da Techint cortou a pista de ponta a ponta, danificando o asfalto novo. / **Aparteando Paulo Grola:** — Pergunta se o asfalto e a drenagem do Bairro Nova Brasília não serão feitos com os 85 milhões de reais do empréstimo. / **Brás Zagotto:** — Responde que esse dinheiro é de um convênio com o Estado para fazer o recapeamento asfáltico das ruas de Cachoeiro. Registra que, se não estiver enganado, o outro convênio, de 32 milhões de reais, será para acabar de vez com a inundação no Bairro Nova Brasília, havendo ainda os 85 milhões de reais do empréstimo para fazer os projetos que estão pendentes no Município e outros novos. Então, reflete que, em breve, Cachoeiro vai virar um canteiro de obras. Informa que, na sexta-feira, será realizada uma audiência pública na Câmara, às 9:00 horas, para tratar do PDM, sendo convidados representantes da sociedade civil organizada, da OAB, do Lions, da Maçonaria, das igrejas, das associações de moradores, da FAMMOPOCI, de imobiliárias, além de empresários e arquitetos, para analisarem o projeto que a Prefeitura apresentou ao Legislativo. Ressalta que o Plano Diretor Municipal vai mexer com a vida de todos na cidade nos próximos dez anos. Menciona que o atual PDM está bastante defasado, já que é de 2006 e deveria ir até 2016; portanto, tem cinco anos de atraso. Fala da importância de analisar bem essa matéria para que, depois, não fique igual ao atual Plano Diretor, que já chegou a ter vinte e uma emendas inconstitucionais. Comunica que, 18/11, será comemorado o Dia do Conselheiro Tutelar; então, diz que serão convidados dez conselheiros da cidade para um café da manhã na Câmara, na quinta-feira, às 9:00 horas, inclusive convida os vereadores para também participarem. / **Delandi Pereira Macedo:** — Concorde com os colegas que a cidade está cheia de buracos. Diz saber que não é fácil resolver esse problema no período de chuva, mas espera que a solução chegue o mais rápido possível. Elogia o discurso do Vereador Brás sobre o investimento que já está sendo feito em Cachoeiro; porém, avisa que, se chover, não dará para aplicar o asfalto. Conta que, ontem, viu que já estavam lavando a Avenida Domingos Alcino Dadalto para começarem o recapeamento asfáltico. Comenta que a infraestrutura do Município não é construída em quatro anos, e sim a várias mãos. Lembra que, há pouco tempo, o Bairro Zumbi tinha uma péssima estrutura e, hoje, está 100%, visto que todas as ruas já foram drenadas e pavimentadas, mas há outras comunidades que enfrentam muitos problemas, como os Bairros Gilson Carone, Bom Pastor e Rubem Braga. Frisa que o gestor tem que buscar recursos junto aos Governos Federal e Estadual para dar uma resposta à população. Reforça a importância de fazer a prevenção contra o Covid-19, inclusive salienta que o Valtair, que trabalha com ele há cerca de doze anos, está internado na UTI por conta dessa doença. Menciona que, há uns quinze, vinte dias, foi informado que o Valtair não tinha tomado a vacina e lhe disse que mandaria embora o assessor que não se

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



vacinasse. Diz que recebeu a notícia, agora há pouco, de que ele teve uma leve melhora, mas está com uma bactéria no pulmão. Recorda que, no início do ano, houve uma briga, principalmente da grande imprensa, como a Rede Globo, batendo na CPI do Covid, quando o ministro da Saúde disse que até o final de 2021 a maioria da população estaria vacinada. Ressalta que, na ocasião, houve muita crítica de que não daria tempo nem teria vacina para isso, pois o Brasil estava de mal a pior. Entretanto, destaca que hoje a notícia é de que o número de mortes está diminuindo. Conta que, ontem, viu uma reportagem do Rio de Janeiro mostrando a liberação do último paciente com Covid do hospital municipal. Então, diz-se preocupado com essa reviravolta de pouco tempo para cá, pois o Brasil não chegou a 60% de vacinados, embora reconheça que, num comparativo com outros Países, esse é um número favorável. Registra que, de repente, certa emissora começou a dar notícias de que o Covid está acabando e, assim, os estádios de futebol estão ficando lotados. Deixa claro que está com uma pulga atrás da orelha, pois isso pode ser um movimento para a preparação do carnaval, havendo interesses financeiros. Confessa que, ao ver o Prefeito do Rio de Janeiro, o Eduardo Paes, fazer uma festa porque o hospital municipal não tinha nenhum paciente de Covid, achou que estão querendo preparar a cidade para o carnaval, colocando o povo na rua. Diz esperar que essa não seja uma previsão pessimista, até porque é uma pessoa otimista. Lembra que a pandemia do Covid no Brasil começou no carnaval do ano passado, ficando quase que incontrolável. Informa que, na verdade, o País ainda não chegou a 60% da população vacinada com as duas doses. Então, pede a todos que fiquem atentos e continuem perseverantes quanto aos cuidados, para não perderem mais amigos, como o Silvinho Coelho e a Dra. Léa, assessora do Vereador Allan, por causa dessa praga que surgiu no País. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Menciona que, na sessão passada, foi lida uma indicação sua, pedindo à Prefeitura que comprasse de volta o terreno do Clube da Samba, o qual foi repassado ao IPACI no governo de Casteglione; porém, infelizmente, o Prefeito Victor Coelho lhe disse que o Município não tem recurso para isso e, assim, aquela área vai a leilão. Comenta que o Tribunal de Contas exige que o IPACI faça dinheiro com aquele terreno. Diz que vai entrar em contato com o pessoal do IPACI e da Prefeitura para pegar o documento e ver se realmente o Tribunal de Contas pediu ao instituto que fizesse esse leilão. / **Aparteando Alexandre Andreza Macedo:** — Sugere aos dois vereadores da comunidade de Soturno que solicitem a um deputado uma emenda, por exemplo, de 500 mil reais, mas que o Município já tenha recurso para fazer determinada obra, mais ou menos no mesmo valor, e, assim, o prefeito possa destinar o dinheiro para a compra daquele terreno. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Agradece ao vereador pela sugestão e conta que ele e o colega Paulo já conversaram sobre isso, mas precisam que o IPACI dê uma segurada no leilão, que está marcado para o dia 23. Registra que, amanhã, ele e o colega vão tentar correr atrás disso para que a comunidade não perca aquele terreno de dois mil e quinhentos metros quadrados. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Lembra que, no primeiro mandato do ex-prefeito Casteglione, havia um terreno no Bairro Vila Rica que estava indo a leilão. Acrescenta que conversou com o prefeito, porque aquela área serviria para abrigar um posto de saúde para a comunidade, mas ele lhe disse que o Município não tinha verba para fazer tal compra. Então, comenta que o Ministério da Saúde tinha mandado 400 mil reais para que o grupo que atuava com os portadores de HIV comprasse uma casa; porém, como não pagaram, o imóvel foi a leilão. Menciona que ele e o ex-vereador Fassarella procuraram a secretária de Saúde da época, que era a Dra. Márcia Fardim, e, com esse recurso do fundo da saúde, ela arrematou o terreno por 160 mil reais. Registra que, agora, com a emenda de 1 milhão 749 mil reais destinada pelo Deputado Felipe Rigoni, será feito um posto de saúde naquele local. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Pede ao Governo Municipal que agende essa conversa para os vereadores, pois, desde o primeiro mandato do Prefeito Victor e também nesta nova legislatura, vem falando sobre isso, mas o terreno acabou indo a leilão. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Diz que também podem pegar



um pouco do empréstimo de 85 milhões de reais para arrematar o terreno. Sugere que conversem sobre isso com o prefeito, pois o convênio já foi assinado, inclusive 40 milhões de reais já estão na conta da Prefeitura. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Ressalta que o prefeito lhe disse que esse dinheiro é para executar obras cujos projetos já estão prontos. / **Aparteando Alexandre Andreza Macedo:** — Comenta que, depois, o prefeito pode fazer a reposição com o recurso de emenda enviada por um deputado. Analisa que o governo não vai gastar os 85 milhões de reais em um ano. Aconselha o vereador a conversar também com o procurador Município para tentar negociar isso. / **Aparteando Paulo Grola:** — Menciona que o pessoal do IPACI concorda que o prefeito faça esse pagamento. Salienta que o terreno não é muito caro, e ainda podem dar um desconto. Diz que, se o prefeito alegar que não pode comprar aquele terreno, ele, Paulo, e o Vereador Léo vão buscar emenda com um deputado para essa aquisição. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Informa que, desde o mandato anterior, o pessoal do IPACI vem dizendo que venderia o terreno para a Prefeitura pela metade do preço que lhe foi repassado; então, avalia que falta interesse por parte do governo. Continuando o seu discurso, salienta que, no dia 15/10, o DER tapou os buracos da rua em frente à casa do Vereador Paulo, mas, na semana passada, já estava tudo esburacado novamente. Diz saber que o serviço não é da qualidade que a população deseja, mas a verdade é que a chuva não está dando trégua. Frisa que, enquanto a via estiver molhada, não tem como tapar os buracos. Deixa claro que tem plena confiança de que o Secretário Vander e sua equipe vão resolver essa demanda da cidade assim que parar de chover. Registra que, desde agosto, está chovendo com frequência, o que abre buracos nas vias e entope as manilhas. / **Aparteando Paulo Grola:** — Conta que o pessoal da secretaria lhe telefonou para dizer que não vai dar para fazer o manilhamento e tapar os buracos, porque aquela via pertence ao Estado. Inclusive diz que o Joãozinho lhe sugeriu que procurasse o DER amanhã para tentar a assinatura de um compromisso, de maneira a que a Prefeitura possa fazer o serviço. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Avalia que, por conta da chuva, se tivessem começado a fazer o serviço de manilhamento, a situação teria ficado ainda pior. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Considera válida a reclamação dos vereadores quanto aos inúmeros buracos nas vias da cidade. Lembra que, no ano passado, foi feito o recapeamento da Rodovia do Valão, começando da Ilha da Luz até o Trevo da Coca-Cola. Pergunta se os vereadores foram até lá medir a espessura do asfalto. Indaga se o serviço foi feito conforme prometido, para que a malha asfáltica aguentasse bastante peso e não fosse preciso recorrer à operação tapa-buracos pelo menos durante este mandato. Informa que todo aquele trajeto onde foi feito o recapeamento está cheio de buracos. Enfatiza que o papel dos vereadores é fiscalizar os serviços realizados na cidade. Registra também que o serviço na Avenida Domingos Alcino Dadalto não era para ter começado na segunda-feira, já que o secretário de Obras e o pessoal da AGERSA solicitaram à empresa que desmembrasse uma parte da equipe que estava fazendo o recapeamento no Bairro Aeroporto para ir para o IBC; porém, conta que, devido à chuva, ficou praticamente um mês sem a equipe poder trabalhar, o que atrasou o recapeamento naquela comunidade. Comenta que recebeu a informação de que já começaram a recapear a via perto da Minerasul. Questiona se o asfalto colocado pela empresa responsável pelo recapeamento, a qual, se não estiver enganado, é a mesma que fez o serviço na Rodovia do Valão, é de boa qualidade e está na espessura correta. Salienta que a emenda feita para tapar os buracos está desnivelada. Frisa que Cachoeiro tem a oportunidade de ficar uns cinco anos sem dor de cabeça devido a buracos nas ruas da cidade, mas isso está descendo de ralo abaixo, visto que os vereadores e a população não estão fiscalizando os serviços. Diz não saber quem é o funcionário da Prefeitura responsável para conferir se a massa asfáltica chega na temperatura correta para não esfarelar. Pergunta quem é o engenheiro da Prefeitura que está fiscalizando isso. Avalia que os vereadores precisam mudar o conceito de que o prefeito atendeu seu pedido. Deixa claro que o prefeito atende à população, e



não ao Vereador Paulinho Careca ou a outro colega. Portanto, ressalta que os vereadores têm a obrigação de fiscalizar esse serviço para saber se o asfalto está na espessura e na temperatura corretas. Menciona que, no final de semana, teve a oportunidade de passar pela Rodovia do Sol e viu que aquele asfalto é lisinho, diferente do da Rodovia do Valão, onde o carro trepida. Enfatiza que está sendo pago um valor alto para a empresa fazer esse serviço. Indaga se foi feito o pagamento do serviço referente ao trajeto da Ilha da Luz até o Trevo da Coca-Cola. Informa que não foi feito o serviço em grande parte daquele trecho, já que é possível ver o asfalto antigo. Pergunta se os vereadores fiscalizaram isso. Alerta que estão fazendo o serviço nos Bairros Aeroporto e IBC e ainda vão fazer na Avenida Jones dos Santos Neves, na Linha Vermelha e nos Bairros Novo Parque e Coronel Borges; então, registra que cabe aos vereadores e à população fiscalizarem isso para saberem se o asfalto realmente é de qualidade. / **Aparteando Paulo Grola:** — Diz que é preciso fazer a terraplanagem. Cita que o asfalto de Soturno já tem mais de trinta anos e, mesmo chegando na terra embaixo, ainda está servindo à população. Ressalta que não se tapa o buraco, é preciso fazer um quadrado ao redor dele. Concorde que os vereadores precisam fiscalizar as obras. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Comunica que não está sendo feita operação tapa-buracos, e sim recapeamento asfáltico. / **Aparteando Leonardo Pinheiro Dutra:** — Comenta que tem ido duas, três vezes por semana a Itaoca Praia e realmente viu a qualidade daquele asfalto. Salaria que estão frisando o asfalto e fazendo o recapeamento; assim, a via está ficando igual a um tapete bacana. / **Aparteando Sandro Dellabella Ferreira:** — Conta que, quando da feitura da obra perto do parque de exposição, percebeu que não estavam frisando a pista, só jogando o asfalto por cima. Então, concorda que é preciso fiscalizar, pois, talvez, aquele serviço nem dure muito. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Ressalta que é preciso saber se no contrato consta o frisamento. / **Paulo Grola:** — Reconhece que a chuva realmente ocasiona buracos no asfalto. Confirma que foi feito um serviço perto de sua casa, mas a chuva arrancou tudo. Registra que esteve com um deputado no distrito, o qual disse que será feito um asfalto novo do Cardoso até Gironda, com a remoção do antigo, inclusive o governador já deu a ordem para fazer esse serviço. Avisa que vão fiscalizar essa obra para ver a espessura do asfalto, conforme disse o Vereador Paulinho. Informa que hoje seria feito o manilhamento perto de sua casa; porém, o DER não deixou fazer o serviço. Então, diz que lhe foi pedido que tentasse conseguir um documento com o referido órgão, permitindo que a Prefeitura fizesse o manilhamento lá. Compromete-se a correr atrás disso para que aquele serviço seja feito. Repete que concorda que os vereadores têm que fiscalizar as obras em Cachoeiro. / **Aparteando Leonardo Pinheiro Dutra:** — Diz acreditar que o recapeamento do Cardoso até Gironda será feito com maior qualidade, já que, quando envolve o DER, o serviço fica bom. / **Paulo Grola:** — Frisa que a base de todo asfalto é a terraplanagem, como o que foi feito do Polonini a Vargem Alta, passando por Soturno, que já tem mais de quarenta anos sem nenhum buraco. Portanto, ressalta que a terraplanagem é o segredo do asfalto. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Registra que a questão dos buracos nas ruas de Cachoeiro é algo gritante, visto que, muitas vezes, não foi usado asfalto de qualidade ou o que estava contemplado nos contratos. Avisa que essa problemática asfáltica não se resolve do dia para a noite. Comenta que teve a oportunidade de visitar a obra de recapeamento do Bairro Aeroporto e viu que estava sendo aplicado lá um asfalto de oito centímetros, tendo sido frisado alguns pontos e outros não, justamente por causa da espessura dele. Lembra que, quando da feitura do recapeamento da Avenida Mauro Miranda Madureira, foi feito o serviço completo do Trevo da Coca-Cola até a Ceasa, mas no outro trecho não, justamente onde há um monte de buracos. Diz não saber se o contrato contemplava toda a avenida, mas o fato é que ela não foi feita por completo. Fala sobre três projetos de sua autoria que estão tramitando na Casa, inclusive agradece aos componentes da Comissão de Constituição e Justiça por terem dado parecer favorável ao de número 89, que altera





a Lei 7071, de 11/09/2014, a qual dispõe sobre o programa de prevenção e punição a atos de pichação em bens públicos e de terceiros no âmbito do Município. Deixa claro que não está substituindo a lei criada em 2014 pelo ex-vereador Júlio Ferrare, e sim apresentando artigos novos, fortalecendo ainda mais a legislação e aumentando o valor da multa. Salienta que o Município precisa de fiscalização, mas também de uma lei que venha inibir os pichadores da cidade. Informa que os novos pontos de parada de ônibus já estão pichados, assim como também as caixas coletoras de lixo, os patrimônios públicos e até as residências de muitos cachoeirenses. Portanto, diz que é preciso combater isso com toda a força; do contrário, daqui a pouco, Cachoeiro de Itapemirim ficará igual a grandes capitais, que estão riscadas e com assinaturas na cor preta. Ressalta que esse projeto visa robustecer a Lei 7071 e inibir as pessoas de cometerem tal delito; por isso, pediu ao presidente a inclusão da matéria na pauta do dia. Conta que o projeto de 2014, para a época, era bom; porém, hoje, é preciso melhorar a lei. Destaca também o Projeto de Lei 99/2021, que fala da poluição sonora causada por veículos automotores de transporte viário no Município, que até se parece com uma proposta apresentada pelo Vereador Allan, pois é unânime na Câmara a discussão sobre o transtorno causado pelo barulho das descargas abertas dos veículos, o que considera um desrespeito ao sossego e ao trabalho das pessoas. Comenta que esse projeto contempla muitas outras leis já existentes e vem provocar os órgãos públicos para que avancem na fiscalização, com vistas a combater esse mal terrível. Diz que também está tramitando na Casa o Projeto de Lei 107/2021, que dispõe sobre a publicação, em site oficial do Município, da lista de espera dos pacientes que aguardam por consultas, discriminada por especialidade, exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Município. Cita, como exemplo, que na fila de espera para adoção de crianças o interessado sabe em qual posição está, enquanto que na área de saúde não há transparência de nada. Então, informa que está provocando o Poder Executivo Municipal para que, juntamente com a Superintendência de Saúde, crie um portal de transparência, pois a pessoa que precisa desse atendimento tem o direito de saber em qual colocação está na fila. Inclusive ressalta que os colegas vereadores podem enriquecer esses projetos, apresentando emendas, pois o importante é que todos, de mãos dadas, trabalhem para construir uma cidade melhor para a população. / Em seguida, passou-se ao **Horário das Lideranças**. / **Sandro Dellabella Ferreira (PSD)**: — Lembra que, ontem, completou um ano da eleição; então, agradece a todos os que o ajudaram a se eleger vereador. Informa que, hoje, foi assinado um decreto pelo Governador Renato Casagrande, que garante investimento para a saúde básica nos próximos anos. Registra que, segundo soube, o Bairro Nossa Senhora da Penha será contemplado, inclusive há até um terreno em vista. Recorda que, no início do ano, o Vereador Gelinho levou o secretário várias vezes àquela comunidade para lhe mostrar alguns pontos, mas isso acabou não dando certo. Conta que o Ministério Público reprovou o local onde funciona o posto de saúde daquela comunidade. Deixa claro que, como vereadores, não querem nada para si, e sim para a população. / **Diogo Pereira Lube (PP)**: — Alerta que até hoje não chegou à Câmara o projeto que trata da Planta Genérica do ano que vem. Salienta que os vereadores ficaram praticamente o ano inteiro discutindo esse assunto e precisam saber se o Executivo vai revisar a Planta ou manter a deste ano, com os mesmos descontos, e também se terão que lutar por descontos dos terrenos baldios e pela redução do valor da taxa de lixo das garagens. Reflete que o projeto vai acabar chegando à Câmara depois do dia 20 de dezembro e terá que ser votado. Então, pede ao secretário de Fazenda que se comunique com os vereadores, que estão esperando esse projeto; do contrário, no ano que vem, eles terão embates calorosos por conta dessa matéria. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente)**: — Diz que a fala do vereador é muito oportuna e que, por também estar preocupado com isso, já conversou com o secretário de Fazenda duas vezes, juntamente com os Vereadores Allan e Sandro, pedindo-lhe a retirada da taxa de lixo dos terrenos. Pergunta aos



vereadores se eles sabiam que no projeto havia cobrança de IPTU/taxa de lixo das igrejas. Registra que pediram ao secretário que retirasse isso também. Acrescenta que ainda fizeram um pedido referente ao Estrela. Então, frisa que é preciso fazer tudo certinho para que, depois, a culpa não recaia em cima dos vereadores. Portanto, informa que ainda dá tempo de correr atrás para discutir sobre isso e até fazer audiência pública, com vistas a acertar as coisas para o ano que vem. / **Diogo Pereira Lube:** — Ressalta que, se não for possível fazer uma ampla discussão com a sociedade, será preciso manter os mesmos descontos deste ano. Enfatiza que esse projeto não pode chegar à Câmara aos quarenta e oito minutos do segundo tempo. / **Aparteando Adriano Pereira Verediano:** — Registra que, a seu ver, os vereadores não têm que correr atrás de projeto, pois é o Poder Executivo que precisa apresentar a matéria à Câmara. Diz entender que a fala do presidente foi no sentido de os vereadores saírem da bomba que futuramente vai cair sobre a Câmara. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Menciona que, talvez, tenha se expressado de forma errada, mas o fato é que também está preocupado com essa situação. / **Diogo Pereira Lube:** — Informa que o Plano Diretor Municipal tem que ser revisto, pois a cidade cresceu e algumas atividades econômicas precisam de espaço e de regulamentação, a exemplo da dos microcervejeiros. Comenta que os vereadores também poderiam deixar uma marca em Cachoeiro, já que a Lei Orgânica do Município é de 1990 e limita muito a atuação dos edis. Inclusive conta que em muitos Municípios a Lei Orgânica deles permite que os vereadores criem leis que mexam com receitas e que nem sempre são discricionárias das secretarias. Registra que, para mudar a Lei Orgânica do Município, é preciso que a Casa faça um estudo. Lembra que a primeira Constituição Federal do Brasil foi de 1824; depois, vieram a de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988. Menciona que os deputados podem fazer Projetos de Emendas Constitucionais. Pergunta o que os vereadores podem fazer para apresentar outros projetos para o Município, que não fiquem só a cargo do Poder Executivo. Frisa que o Legislativo é um Poder importante para fiscalizar e participar dos processos de ordenação de despesas, mas não pode ordenar despesas. Conta que gostaria de criar um projeto aumentando o salário dos professores para 5 mil reais, como é no Maranhão, assim como também o dos profissionais de saúde. Inclusive comunica que o Senador Contarato está brigando para aumentar o piso salarial nacional dos enfermeiros, dos técnicos de enfermagem e dos auxiliares. Então, sugere que os vereadores entrem para a história de Cachoeiro apresentando uma proposta de modificação da Lei Orgânica do Município; do contrário, vão continuar virando chacota na boca da população, quando fazem projetos que lhes são discricionários. Deixa claro que a LOM foi criada quando não havia internet; portanto, ela também precisa ser revisada. Lembra que o Código Penal Brasileiro é dos anos de 1940, quando não havia computador nem televisão. Assim, fala da importância de as leis acompanharem as mudanças da sociedade. Registra essa sugestão, pois os vereadores têm ideias e projetos maravilhosos, mas, infelizmente, esbarram nos pareceres dos procuradores, que alegam vício de iniciativa. Faz uma provocação à Escola do Legislativo para que convoque os vereadores e, juntos, possam estudar sobre o que mudou em Cachoeiro de 1990 para cá e o que os edis podem ter de mais atributos dentro da Câmara, de maneira a terem condições de trabalhar mais pelo Município, embora reconheça que a prioridade agora é o PDM. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz ao colega Diogo Lube que essa sugestão já está acatada, mas primeiro vão estudar o PDM e, depois, os vereadores poderão analisar a Lei Orgânica e também o Regimento Interno da Casa. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Acrescenta que há muitas resoluções, as quais não têm peso de lei. Então, ressalta que, se elas forem incluídas no Regimento Interno, haverá uma segurança muito maior. / **Adriano Pereira Verediano (PSDB):** — Confirma as palavras do Vereador Sandro de que houve a assinatura do convênio do Governo do Estado direcionada à área da saúde. Lembra que o Bairro Nossa Senhora da Penha tem uma demanda referente à saúde, visto que o Ministério Público já



notificou o local onde funciona o posto daquela comunidade por não ser adequado para isso. Registra que ele e o Vereador Sandro rodaram aquela região de ponta a ponta buscando locais para a construção de uma unidade de saúde e, assim, realizar um sonho antigo dos moradores. Diz-se feliz por saber que a nova unidade será construída ao lado da escola, num ponto estratégico para atender as comunidades do Ibitiquara, Nossa Senhora da Penha, Santa Cecília e outras. Avisa que não está contando vitória antes da hora, mas acredita que a luz se acendeu para aquela comunidade. Reconhece que o Vereador Sandro Irmão é um grande combatente por aquela região. Agradece a toda a comunidade por lhe ter confiado o cargo de ser seu representante legítimo. Frisa que a sua batalha não vai terminar, pois sabe que aquela comunidade precisa de mais infraestrutura e de área de lazer. / **Allan Albert Lourenço Ferreira (PODE):** — Fala sobre o projeto que foi lido hoje, o qual dispõe sobre a validade indeterminada do laudo dos autistas, visto que quem é diagnosticado com TEA, Transtorno de Espectro Autista, vai ter isso por toda a vida. Então, informa que esse projeto visa dar mais tranquilidade aos pais, pois é muito difícil conseguir um laudo médico, principalmente de um neuropediatra. Registra que esse é um projeto simples e não vai gerar ônus para o Município. Saliencia que, através de políticas públicas, podem buscar melhorias para a qualidade de vida dos autistas. Segue dizendo que é vereador de Cachoeiro, e não de um bairro, mas geralmente quem leva “porrada” dos moradores é quem mora na comunidade. Lembra que vem há cinco anos pedindo melhorias para as Ruas Thomás Thompson, Hygino Rangel, João Ribeiro Reis e outras, no Bairro São Francisco de Assis, sendo que, nesse tempo todo, também vem tomando porrada nas redes sociais, porque muitas pessoas não entendem que o vereador só indica as obras. Agradece aos vereadores que indicam obras para aquela comunidade e conseguem ser atendidos. Menciona que o secretário de Obras e o prefeito disseram que, em breve, serão resolvidas todas as situações de risco daquele bairro, como a da Rua Thomás Thompson, onde não passa mais nem caminhão de lixo e de entregas. Frisa que sempre reivindica melhorias para todo o Município, pois sabe que há várias áreas descobertas, como os Bairros Novo Parque, Village da Luz e Baiminas. Avalia que é muito fácil ir até lá e mostrar só o bônus; porém, o ônus fica para quem mora no bairro. Então, diz que é complicado aparecer na foto só com o bônus, enquanto que o colega está no bairro sofrendo com o ônus. Deixa claro que vai continuar lutando pelo Bairro São Francisco e por todo o Município de Cachoeiro de Itapemirim. Repete que o prefeito e o secretário garantiram que as obras do Bairro São Francisco, cujos projetos já estão prontos, serão feitas. Enfatiza que não pede nada para si, e sim pelo coletivo. / Dando continuidade, teve início a **Ordem do Dia.** / **Alexandre Andreza Macedo, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente a inclusão na pauta do dia do Projeto de Lei 112/2021, que trata do abono dos professores. Registra que, se deixarem para votar tal projeto na próxima semana, não dará tempo de esse abono entrar no pagamento do mês de novembro. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do vereador. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, levantando questão de ordem:** — Informa que o artigo 26 do Regimento Interno diz que é indispensável o parecer da Comissão de Constituição e Justiça para deliberação do plenário, o qual inclusive é soberano; porém, avalia que essa inclusão na pauta cria uma fragilidade quanto à matéria, sem contar que ela também precisa de pareceres de outras comissões. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que, depois, vai colocar para o plenário decidir se o projeto deve ser votado hoje ou não. Enfatiza que, a seu ver, esse projeto deveria ser apreciado logo para que os professores recebessem os 4 mil reais de abono, fazendo jus ao trabalho que exercem no Município. / **Diogo Pereira Lube, levantando questão de ordem:** — Conta que a Comissão de Educação se reuniu agora e deu parecer a esse projeto. Então, pergunta se a Comissão de Constituição não poderia também se reunir, de repente, com um intervalo da sessão, para dar o parecer. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Ressalta que, se a comissão quiser, pode dar o parecer; do contrário, o plenário decidirá. Informa que, segundo o



presidente da comissão, pode colocar para o plenário decidir. / A seguir, foi acatado pelo Presidente Brás Zagotto o pedido do Vereador Ely Escarpini para que os requerimentos e os projetos de decreto legislativo fossem apreciados em bloco. / Logo após, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: 162/2021 – Delandi Pereira Macedo** (Requer que seja encaminhado convite à Ilustríssima Senhora Luana Cristina da Silva Fonseca, Secretária Municipal de Meio Ambiente, para ela prestar esclarecimentos em data e hora marcadas com o gabinete, no prazo de, no máximo, 21 dias, referente à mitigação e recuperação da área pública onde funcionava a estação de tratamento de esgoto no Bairro Rubem Braga, que está tomada de lixo e entulhos, que estão obstruindo a passagem de recursos hídricos); **159/2021 – Diogo Pereira Lube** (Requer que a Exma. Senhora Cristina Lens Bastos de Vargas, Secretária Municipal de Educação, lhe informe o seguinte, acerca do abono salarial para os professores, anunciado pelo Prefeito Victor Coelho, no dia 07/11/2021, em suas redes sociais, o qual será pago em razão do recebimento do FUNDEB: Qual foi a quantia total recebida pelo Município? Quais foram os gastos, onde o dinheiro foi aplicado e os valores? Qual quantia foi destinada para o pagamento do abono dos professores da rede pública municipal de educação? Docentes em Designação Temporária foram incluídos no pagamento do abono?); **163/2021 – Osmar Francisco** (Requer que o Exmo. Senhor Alexandro da Vitória, Secretário Municipal de Urbanismo, Mobilidade e Cidade Inteligente, lhe informe o seguinte, visto que, conforme notícias publicadas pela imprensa local, há projeto de retirar os órgãos de administração municipal do centro da cidade. Ainda segundo as mesmas notícias, constaria do Projeto de Revitalização do Centro a eliminação de parte da pista de rolamento para criação de algumas poucas vagas de automóveis e de uma implantação de pista para bicicletas. Se isso realmente fizer parte do referido Projeto de Revitalização, haverá o esvaziamento do centro da cidade, com consequências desastrosas para a toda a rede de comércio e serviços existente. De outra parte, salvo melhor juízo, não se afigura razoável sacrificar o trânsito de pessoas em benefício do automóvel, valendo ressaltar que existem seis estacionamentos rotativos de veículos na área central, além do rotativo explorado mediante concessão: I – Quais os detalhes do mencionado Projeto de Revitalização do Centro da cidade? II – Quanto custará a execução do referido projeto? III – Qual é a data do início da execução e da finalização da obra? IV – A Câmara Municipal terá a oportunidade de analisar e eventualmente aprovar ou impedir a execução do projeto? V – Qual o resultado da pesquisa promovida junto aos comerciantes, sob a conveniência do referido projeto?); **160/2021 – Sandro Dellabella Ferreira** (Requer da Senhora Cristina Lens Bastos de Vargas, Secretária Municipal de Educação, informação referente ao motivo do abono anunciado aos professores não ter sido concedido a todos os profissionais envolvidos na educação municipal. Ressalta que a classe da educação se questiona por que o referido abono está sendo concedido somente aos professores, e não aos demais profissionais da área. Lembra que, no vídeo, o prefeito afirma que o Município atingiu os índices de 25% e de 60%, sendo o abono um presente concedido pela Prefeitura, que possui verba específica para isso. Registra que outros Municípios do Estado concedem abonos a todos os profissionais de educação, como, por exemplo, Maratáizes. Levando-se em conta o que prevê o art. 22 da Lei 11.494/2007, os parágrafos 2º e 3º da Constituição Federal e a Resolução 01/2008 do Conselho Nacional de Educação, requer informações mais detalhadas das verbas informadas e o motivo do impedimento do abono ser concedido aos demais profissionais da educação); **161/2021 – Sandro Dellabella Ferreira** (Requer do Exmo. Senhor Márcio Correia Guedes, Secretário Municipal de Fazenda, informação referente ao motivo do abono anunciado aos professores não ter sido concedido a todos os profissionais envolvidos na educação municipal. Ressalta que a classe da educação se questiona por que o referido abono está sendo concedido somente aos professores, e não aos demais profissionais da área. Lembra que, no vídeo, o prefeito





afirma que o Município atingiu os índices de 25% e de 60%, sendo o abono um presente concedido pela Prefeitura, que possui verba específica para isso. Registra que outros Municípios do Estado concedem abonos a todos os profissionais de educação, como, por exemplo, Maratáizes. Levando-se em conta o que prevê o art. 22 da Lei 11.494/2007, os parágrafos 2º e 3º da Constituição Federal e a Resolução 01/2008 do Conselho Nacional de Educação, requer informações mais detalhadas das verbas informadas e o motivo do impedimento do abono ser concedido aos demais profissionais da educação); **Enviando Votos de Congratulação:** 640, 641, 642 e 643/2021 – Delandi Pereira Macedo; 637/2021 — Evandro Miranda; 638/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670 e 671/2021 – Osmar Francisco; 636, 639 e 672/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; **Projetos de Decreto Legislativo:** 446/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 443/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 439/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 445/2021 – Diogo Pereira Lube; 449, 450 e 451/2021 – Ely Escarpini; 442/2021 – Evandro Miranda; 447/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; 444/2021 – Osmar Francisco; 440 e 441/2021 – Sebastião Ary Corrêa. / Na sequência, passou-se à **1ª Discussão** dos seguintes Projetos: de Resolução: 16/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (Institui, no âmbito do Município de Cachoeiro de Itapemirim, a Comenda Mestre João Tobogã às pessoas que se destacam e contribuem com atos e ações na prática de ensinamento da arte da capoeira); de Lei: 84/2021 – Brás Zagotto (Dispõe sobre a denominação da reconstrução da ponte na localidade da Usina São Miguel, e dá outras providências); 78/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior (Fica garantido aos estudantes do Município de Cachoeiro de Itapemirim o direito constitucional ao aprendizado do vocabulário ortográfico da língua portuguesa); 81/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior (Institui a “Declaração Municipal de Direitos da Liberdade Econômica”, e dá outras providências); 82/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior (Cria obrigações para as organizações não governamentais quando receberem, a qualquer título, dinheiro, bens e valores públicos por parte do Município de Cachoeiro de Itapemirim); 90/2021 – Paulo Sérgio de Almeida (Dispõe sobre denominação de logradouro público); 77/2021 – Poder Executivo (Dispõe sobre o Plano Plurianual para o Município de Cachoeiro de Itapemirim, período 2022–2025); 91/2021 – Poder Executivo (Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022, e dá outras providências); 85/2021 – Sandro Dellabella Ferreira (Dispõe sobre a criação do Programa “Horta na Escola” na rede de ensino municipal, e dá outras providências) e 86/2021 – Sandro Dellabella Ferreira (Institui, no âmbito do Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, a “Semana de Conscientização à Perda Gestacional”, e dá outras providências). / **Brás Zagotto (Presidente):** — Lembra que o colega Silvinho foi vereador por dois mandatos e lutou muito pela ponte da Usina São Miguel, mas não viu a conclusão dela, pois faleceu devido ao Covid. Então, frisa que o Projeto de Lei 84/2021 não é dele, Brás, e sim de todos os vereadores para que, a pedido da comunidade, aquela ponte seja denominada de Sílvio Coelho Neto. Solicita o apoio dos vereadores a esse projeto, pois, em breve, o governador do Estado vai inaugurar aquela ponte, e poderá ser colocada a placa com o nome do colega Silvinho. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Parabeniza o presidente por esse projeto. Destaca que o colega Silvinho lutou incansavelmente não só pela ponte da Usina como também pela de São Vicente. Então, diz que essa é uma homenagem muito merecida. Ressalta que esse reconhecimento à história do Silvinho também vai agradar à família dele. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa ao Vereador Ary que colocará o Projeto de Lei 60/2021 na pauta, mas lembra que já foi aprovada uma matéria parecida, de autoria do colega Júnior Corrêa. Pergunta ao procurador se não dará conflito entre as duas propostas. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, levantando questão de ordem:** — Registra que ambos projetos falam de publicidade, mas o de sua autoria refere-se à divulgação dos serviços;

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



o do Vereador Ary, aos recursos destinados às empresas que fazem publicidade, como jornais e revistas. / **Delandi Pereira Macedo, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente que o projeto que faz uma homenagem ao colega Silvinho seja colocado em segunda discussão. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do vereador. / Prosseguindo, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, **o Projeto de Lei 84/2021 – Brás Zagotto** (Dispõe sobre a denominação da reconstrução da ponte na localidade da Usina São Miguel, e dá outras providências). / Em seguida, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, **o Projeto de Lei 53/2021 – Poder Executivo** (Autoriza o Poder Executivo Municipal a abertura de crédito especial para inclusão de despesa não prevista nas Secretarias de Meio Ambiente e de Administração, e dá outras providências). / **Brás Zagotto (Presidente):** — Justifica a ausência do Vereador Arildo Boleba, dizendo que o colega não estava se sentindo bem de saúde e, por isso, se retirou da sessão. / Continuando, **foi aprovado**, por treze votos contra quatro do plenário, **o Projeto de Lei 60/2021 – Sebastião Ary Corrêa** (Trata-se de criar um mecanismo de transparência e fiscalização do dinheiro público que é destinado para publicidade do Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES). **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Delandi Pereira Macedo, Ely Escarpini, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa; **votaram contra:** Alexandre Andreza Macedo, Diogo Pereira Lube, Evandro Miranda e Osmar Francisco. / Seguindo, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 89/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira** (Altera a Lei 7071, de 11/09/2014, que dispõe sobre o Programa de Prevenção e Punição a Atos de Pichação nos bens públicos e de terceiros no âmbito do Município de Cachoeiro de Itapemirim). / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Faz a leitura da justificativa de seu projeto, registrando que o objetivo é alterar a Lei 7071/2014 para auxiliar na contenção da poluição visual, provocada pela pichação no Município, e conscientizar os cidadãos a respeito dos malefícios que essa prática traz à coletividade. Informa que a Lei 7071/2014 dispõe sobre o programa de prevenção e punição a atos de pichação nos bens públicos e de terceiros no âmbito do Município de Cachoeiro de Itapemirim e instituiu uma multa. Reconhece que essa foi uma louvável iniciativa do ex-vereador Júlio Ferrare; entretanto, ressalta que, com o tempo, a multa passou a ser irrisória, não sendo mais causa de nenhum recuo por parte dos pichadores, que continuam a depredar o patrimônio público e privado. Então, frisa que medidas mais duras para coibir tal prática precisam ser definidas, seja dando amplo conhecimento do delito e suas penalidades ou uma maior fiscalização por parte do poder público em todas as esferas, além, claro, do auxílio da população com denúncias. Destaca que, como meio de prevenção, o setor público pode se utilizar de campanhas de conhecimento dos malefícios da pichação e também do apoio a grafiteagem artística e cultural organizada, assim como a pintura mural, valorizando os espaços de cultura, lazer e turismo e melhorando a qualidade visual do ambiente. Diz que a pichação tem desvalorizado os imóveis e até descaracterizado monumentos históricos da cidade. Analisa que a aplicação de sanções mais pesadas para a pichação vai contribuir para uma maior conscientização sobre as consequências advindas dessa prática nociva ao patrimônio público e privado de Cachoeiro. Então, pede aos colegas que votem a favor desse importante projeto, para que os órgãos competentes fiscalizem de fato e possam erradicar ou minimizar o máximo possível essa grande praga urbana, que é a pichação. Agradece aos componentes da Comissão de Constituição e Justiça por terem dado, hoje, o parecer favorável ao encaminhamento dessa matéria. / Posto em votação, **o Projeto de Lei 89/2021**, acima descrito, **foi aprovado** por unanimidade dos presentes. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Coloca para o plenário decidir se o Projeto de Lei 112/2021 entrará ou não na pauta de hoje. Diz que gostaria de encaminhar a votação favorável, porque esse abono será importante para os professores do

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Município. Avisa que esse projeto requer maioria absoluta de votos. / Posto em votação, o **pedido de inclusão na pauta do dia do Projeto de Lei 112/2021 foi aprovado** por treze votos contra quatro do plenário. **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Allan Albert Lourenço Ferreira, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco, Paulo Grola e Paulo Sérgio de Almeida; **votaram contra:** Alexandre Valdo Maitan, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa. / Logo após, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 112/2021 – Poder Executivo** (Dispõe sobre a concessão do abono aos profissionais da educação básica da rede municipal de ensino, na forma que especifica). / **Alexandre Andreza Macedo:** — Pede o apoio dos vereadores para a aprovação desse projeto, visto que este é o primeiro ano com possibilidade de os professores receberem uma gratificação. Solicita também aos componentes das comissões que entendam que o momento é propício para votar esse projeto. Ressalta que, se deixarem para apreciar tal matéria na próxima semana, não dará tempo de efetuar o pagamento no mês de novembro. / **Adriano Pereira Verediano:** — Registra que, como presidente da Comissão de Educação, votou “sim” ao parecer. Reconhece a importância desse abono neste momento, mas, ao mesmo tempo, faz uma ponderação, pois lembra que perguntou à secretária se ela tinha a disponibilidade de estar na Câmara para ouvir também a classe dos professores, a qual respondeu que sim, sem nenhum constrangimento; porém, o projeto entrou em votação hoje. Frisa que não poderia deixar de votar a favor desse benefício que contempla os professores, mas acha que a apresentação desse projeto ocorreu de forma precipitada, tendo em vista que não é de caráter emergencial. Diz que buscou informação e soube que há procurador que não assina parecer em cima da hora. Deixa claro que não está desmerecendo nenhum procurador. Sugere que seja dado mais tempo para apreciação de projetos que não forem de emergência. / **Delandi Pereira Macedo:** — Destaca a importância desse projeto para a classe dos professores, mas enfatiza que gostaria que tivesse abono para todos os servidores da Prefeitura. Lamenta que os recursos da Prefeitura de Cachoeiro não sejam suficientes como na região litorânea, que têm dinheiro em caixa para, no final do ano, dar abono aos servidores da educação e da saúde. Ressalta que disse às duas secretárias que Cachoeiro precisa fazer urgentemente um concurso público para que possa efetivar os professores DT's e outros mais. Salienta que o cargo de DT gera uma insegurança muito grande tanto para os trabalhadores quanto para a própria escola, visto que o processo de continuidade do ensino com o professor, muitas vezes, acaba se perdendo. / **Diogo Pereira Lube:** — Deixa claro que o FUNDEB é o Fundo da Educação Básica, cuja verba federal é repassada aos Municípios para ser usada em grande parte com os professores. Lembra que a secretária disse que 60% dessa verba eram destinados aos professores e, agora, por conta da mudança da lei, passou para 70%. Comenta que houve até um imbróglio, porque professores de outros Municípios vão receber 18 mil, 15 mil, 12 mil reais devido à quantidade de profissionais, enquanto que em Cachoeiro são dois mil e oitenta professores da rede; por isso, o abono é de 4 mil reais. Frisa que não gosta de votar matérias em cima da hora que não tenham pareceres da procuradoria e da Comissão de Justiça, mas esse projeto é específico de uma classe. Com todo o respeito aos componentes da Comissão de Justiça, registra que o projeto do Vereador Marcelinho está na referida comissão desde o dia 15/10. Concorda que não deveriam passar por cima dos trâmites legais da Casa, mas estão ficando num imbróglio, porque têm chegado muitos projetos e, às vezes, a comissão, que só se reúne às segundas-feiras, não tem tempo de fazer os pareceres nos prazos. Inclusive salienta que poderiam discutir isso para que os projetos pudessem chegar também a outras comissões. Enfatiza que sempre pregou pela legalidade das coisas, mas também tem que entender que o plenário é soberano, sendo colocada uma dualidade entre legalidade e justiça. Então, diz que não pode se furtar de fazer justiça aos professores, que



merecem esse abono, que é legal, legítimo e discricionário do Poder Executivo. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Lembra que, na legislatura anterior, sempre havia um embate quanto à votação de projetos sem pareceres da procuradoria e da Comissão de Constituição e Justiça. Registra que ninguém votaria contra o mérito do projeto, mas avisa que essa matéria foi apresentada à Casa hoje, dia 16/11, e já está sendo votada. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Frisa que também não é contra o projeto, pelo contrário, mas fala da fragilidade do processo, caso não tenha os pareceres, embora reconheça que o plenário é soberano. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Prorroga a sessão pelo tempo necessário ao término dos trabalhos. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Registra que os professores estão ansiosos pela aprovação desse projeto, inclusive comenta que houve grandes falácias em relação a essa matéria no que diz respeito a valores e também computadores, juntando as duas situações. Diz saber que essa verba é destinada à educação, não sendo discricionário do Poder Executivo escolher outros servidores para contemplá-los com o abono. Ressalta que muitos agentes de saúde receberam uma informação referente ao décimo quarto salário, mas o secretário lhe disse que, infelizmente, isso não existe. Salienta que seria justo votar também um projeto destinando um abono a todos os profissionais de saúde, neste momento de pandemia, inclusive os agentes de saúde, que foram guerreiros se arriscando em seu trabalho. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Diz que votou “não” à inclusão do projeto na pauta para que os vereadores pudessem ter mais tempo de analisar a matéria, mas entende que os professores merecem esse presente. / **Brás Zagotto:** — Informa que o procurador do Tribunal de Contas do Estado, o Carlos Ranna de Macedo, deu parecer favorável a esse abono. Comenta que, segundo as mídias, o prefeito de Apiacá deu 16 mil reais de abono para os professores, sendo dos 70% da verba do FUNDEB; o de Ibatiba, 16 mil reais; o de Presidente Kennedy, 18 mil reais; o de Vila Velha, 5 mil e 200 reais; o de Cariacica, 2 mil reais, o de Cachoeiro, devido ao montante de profissionais entre efetivos e DT's, 4 mil reais. Registra que a folha de pagamento dos servidores da Prefeitura fecha no dia 20/11; portanto, se o projeto não for aprovado, os professores só receberão esse abono no dia 30/12. Então, diz que, pensando nisso e sabendo como são as coisas em Cachoeiro, com a corda sempre estourando em cima da Câmara Municipal, colocou o projeto para decisão do plenário, para que, depois, não digam que os professores não receberam o abono este mês por culpa dos vereadores, que não votaram a matéria a tempo. Frisa que gostaria de colocar em votação hoje um abono para todos os servidores públicos, mas sabe que, devido à Lei Complementar 173, o Município não pode ultrapassar o limite de gastos até o dia 31/12. Comunica que esse projeto requer maioria absoluta, ou seja, dez votos, para ser aprovado. / Posto em votação, **o Projeto de Lei 112/2021**, acima descrito, **foi aprovado** por unanimidade dos presentes. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Registra que gostaria de votar esse projeto. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Avisa que, de acordo com o Regimento, como o vereador não estava presente na hora da votação, não tem como aceitar o voto do colega. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Enfatiza que perdeu a votação, mas que é a favor do projeto. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, lavrada e assinada por Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Redatora de Atas.